



ASSUNTOS EUROPEUS

Tratamento “justo e adequado” para regiões ultraperiféricas

Parlamento discutiu ontem o relatório anual sobre a atuação do Governo Regional em matéria de assuntos europeus. Secretário das Finanças diz que taxas de execução são “superiores às metas”.

Por **Marco Milho**
mmilho@jm-madeira.pt

O secretário regional das Finanças defendeu ontem que as regiões ultraperiféricas precisam de garantir que se mantém um tratamento “justo e adequado” no próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia, após 2027.

As palavras surgiram no âmbito da apresentação do relatório sobre a atuação do Governo Regional em matéria de assuntos europeus, que aconteceu na Assembleia Legislativa da Madeira. Fazendo um resumo da aplicação dos fundos, Duarte Freitas disse que a Região está a gerir “o maior pacote de verbas comunitárias de sempre” e garantiu que as taxas de execução são “superiores às metas” em vários programas.

“Em breve serão apresentadas as propostas para o próximo Quadro Financeiro Plurianual pós-2027, o qual implicará um processo negocial

exigente, em que será fundamental garantir que a Madeira e as regiões ultraperiféricas continuem a beneficiar de um tratamento justo e adequado”, disse o governante.

O responsável salientou que, “comparativamente ao desempenho nacional, as taxas de execução da Madeira, à data de 31 de dezembro de 2024, apresentavam níveis particularmente expressivos”. Nesse ano, indicou, a Região registou “taxas de execução superiores às metas” nos casos do Madeira 14-20 (105% face ao programado), do POSEUR (107%) e do MAC-14-20 (102%).

Na área da agricultura e desenvolvimento rural, acrescentou, o PRODERAM tem uma taxa acumulada de 82%, estando a decorrer a sua execução até 2025, o que permite concluir investimentos previstos em curso, e o mesmo acontece também com o Programa Operacional MAR 2020, que registou “uma progressão significativa, atingindo uma taxa de execução de 99% até 31 de dezembro”.

Duarte Freitas afirmou ainda que a aplicação das verbas destes programas e do PRR têm sido aproveitadas pelo Governo para “impulsionar o investimento público e privado, com reflexos positivos na vida dos madeirenses e porto-santenses”. No entanto, os partidos da oposição consideraram que a ação do Executivo ficou aquém do que era possível.

“Governo tem falhado”

Pelo JPP, Rafael Nunes reconheceu a importância dos fundos europeus para o desenvolvimento da Madeira, mas afirmou que “o Governo tem falhado” e que a Região não conseguiu resolver os grandes problemas. Além disso, questionou a utilidade de obras como o heliporto do Porto Moniz ou a fábrica das moscas, apontando a suspeita de fraude, o que motivou a contestação de Brício Araújo (PSD), que desafiou o JPP a apresentar queixas no Ministério Público.

Em seguida, o social-democrata

apontou o dedo ao eurodeputado Sérgio Gonçalves, eleito pelo PS, exigindo “explicações” pelos motivos que o levaram a não assinar uma declaração conjunta, com deputados de outras regiões ultraperiféricas, que defendia o reforço do POSEI.

Por seu turno, Paulo Calófo, líder parlamentar do PS, venceu ser necessário que “todos estejam juntos contra a centralização dos fundos europeus, colocando em causa a capacidade da Madeira definir as suas prioridades”, o que, no seu entender “é um ataque à autonomia”.

Para Miguel Castro, do Chega, o Governo Regional demonstrou “inércia e falta de coragem política” por não ter aproveitado todos os recursos europeus disponibilizados. A título de exemplo, realçou o facto de ainda não ter sido assegurada uma ligação marítima com o continente europeu.

O deputado único da IL, Gonçalo Maia Camelo, apontou a importância de resolver o problema do regime do

Subsídio de insularidade para administração central

Foram aprovados ontem, por unanimidade, dois votos de pesar pela morte do músico e produtor madeirense Luís Jardim, apresentados pelo PSD e pelo JPP. Rejeitado foi um voto de protesto do JPP, “pelas declarações profundamente anti-autonomistas do candidato presidencial almirante Gouveia e Melo”, que mereceram os votos favoráveis do partido proponente e do PS, e a abstenção do Chega, mas que foi chumbado por PSD, CDS e IL.

Em votação final global, foram aprovados dois diplomas. Um projeto de decreto legislativo regional, da autoria do PSD, que visa uma “medida de combate à carência de iodo”, passou com o apoio do JPP, Chega e CDS, enquanto o PS e a IL se abstiveram. Já o projeto de resolução que recomenda ao Governo Regional o lançamento de uma campanha de prevenção rodoviária, levado à Assembleia pelo JPP, foi aprovado por unanimidade.

JPP, PS e Chega votaram a favor de um projeto de proposta de lei à Assembleia da República, da autoria dos socialistas, para a atribuição de um subsídio de insularidade aos trabalhadores da Administração Central. O diploma foi aprovado na generalidade com as abstenções de PSD, CDS e IL. Outro projeto da autoria do PS, que recomendava ao Governo a criação de um Fundo Regional de Ciência e Tecnologia, teve o apoio do JPP e a abstenção da IL, mas acabou por ser rejeitado na generalidade por PSD, Chega e CDS. Por fim, foi aprovado por unanimidade um projeto de resolução do PSD, para aplicar o mecanismo de recuperação do valor equivalente ao IVA no âmbito dos investimentos PRR realizados pelas IPSS da Região.

Centro Internacional de Negócios da Madeira, considerando o tema como “urgente”, ao sublinhar que o modelo de financiamento termina em 2028.

Já Sara Madalena, do CDS, questionou a possibilidade de serem usados fundos comunitários para melhorar as condições das infraestruturas aeroportuárias e disse “haver muito por fazer deixando mão a fundos europeus”.

FOTO: ARAM